



DECRETO N. 1.355/2017

REGULAMENTA O ART. 39 DA LEI MUNICIPAL  
COMPLEMENTAR N. 1.480/2006 NO ÂMBITO DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,  
ESPORTE E TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Amparo, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal;

Decreta:

**Art. 1º.** Fica regulamentado o art. 39, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar Municipal n. 1.480/2006 quanto a readaptação do servidor no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

**Art. 2º.** Readaptação é o aproveitamento do servidor efetivo em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

**Parágrafo único.** A capacidade física ou mental do servidor somente poderá ser atestada por médico inscrito no Conselho de Classe mediante relatório médico.

**Art. 3º.** O servidor readaptado ou no exercício das funções compatíveis com a incapacidade física e mental reconhecida até o dia 31 de dezembro de 2016, deverão apresentar até o dia 26 de janeiro de 2017, as 17 horas, perante a Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, relatório médico datado a partir da publicação deste Decreto.

**Parágrafo único.** O servidor que não apresentar o relatório médico até a data e horário descrito no art. 3º deste Decreto, será

15





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO**

**Rua José Coutinho, 39 – Centro**

**CNPJ 18.244.335/0001-10**

considerado apto física e mentalmente para o exercício das funções para o qual foi aprovado e empossado no cargo público.

**Art. 4º.** Apresentado o relatório médico pelo servidor conforme estabelecido no art. 3º deste Decreto, a Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo poderá acatá-lo ou rejeitá-lo.

§ 1º. Em sendo o caso, e atendendo a necessidade da Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, poderá o servidor ser submetido a exames por médico credenciado pelo Município de Santo Antônio do Amparo - MG para análise de sua capacidade física e mental.

§ 2º. Havendo recusa do servidor em realizar o exame médico, o mesmo será considerado apto física e mentalmente para o exercício das atribuições do cargo que foi nomeado e empossado.

**Art. 5º.** Reconhecida por inspeção médica a incapacidade física e mental para o exercício das atribuições do cargo que o servidor foi aprovado e empossado, o mesmo será encaminhado ao INSS.

**Parágrafo único.** Se o servidor for julgado incapaz para o serviço público, será aposentado pelo Regime Geral de Previdência.

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor no dia 17 de janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio do Amparo, 17 de janeiro de 2017.

**Evandro Paiva Carrara**

**Prefeito Municipal**